

ILUSTRÍSSIMO SENHOR MAURÍCIO NUNES DA SILVA, GERENTE GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA GERÊNCIA DE CONTRATOS LICITAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS:

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
PROTOCOLO GERAL

Protocolo nº 33902.

Data Registro:

Assinatura:

440497/2016-66

26/04/16



PROTOCOLADO GERAL Nº

Contrato nº 01/2011

Ofício nº 173

Processo nº 33902.007684/2016-31

26-10-2016 14:17 071815 1/1

LOC RH ON – Locação de RH Consultoria e Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edifício Citibank, sala 707, bairro Comércio, Município de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 32.624.116/0001-98**, por seu representante legal infra firmado, **CARLOS ANTONIO NASCIMENTO VIEIRA**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 310.825.805-20, residente e domiciliado no Município de Salvador, Estado da Bahia, vem, perante V.S.^a, interpor seu **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que imputou sanção administrativa de multa por suposto atraso no pagamento de reajuste salarial, **requerendo seja o mesmo encaminhado à Autoridade Superior, caso não haja reconsideração da decisão, sob pena de nulidade do próprio processo administrativo.**

1. Da tempestividade.

De logo, ressalte-se a tempestiva oferta do presente Recurso, considerando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis infirmado no Ofício subscrito pelo Sr. Gerente Geral de Administração e Finanças.



Considerando que o recebimento da notificação ocorreu no dia 15 de abril de 2016 (sexta-feira), o prazo para apresentação da defesa iniciou-se no dia 18 (segunda-feira), restando fixando o termo *ad quem* para o dia 25 de abril de 2016 (segunda-feira), em função do feriado de Tiradentes (21 de abril de 2016) ocorrido na quinta-feira.

Assim, protocolizada o recurso na presente data, inconteste é a sua tempestividade.

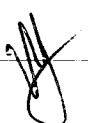
2. Síntese do feito administrativo.

A *inicio*, registra-se que a empresa foi notificada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em função de suposto descumprimento de cláusulas contratuais dispostas no Contrato nº. 01/2011, cujo objeto cinge-se à prestação de serviços de apoio administrativo aos núcleos da ANS.

A imputação feita diz respeito à suposta ocorrência de seis violações contratuais, a saber: (i) o não oferecimento do benefício de assistência médica e familiar da ANS – MG, durante janeiro/2011 a agosto/2015; (ii) impossibilidade de utilização de plano de saúde por funcionário, em virtude de irregularidade; (iii) ausência de presença física de preposto nos locais de prestação dos serviços; (iv) não substituição de horas de funcionários que cumpriram aviso prévio e preferiram reduzir a carga horária, a partir de novembro/2015; (v) não pagamento integral dos vales transportes na Bahia, Ceará e Pernambuco; e (vi) atraso na segunda parcela do 13º salário dos funcionários; o que ensejaria a sanção prevista no item 14.3 da Cláusula Décima Quarta do Contrato e no art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93.

Após a apresentação tempestiva da Defesa Prévia, a il. Gerência Geral deliberou pela aplicação da sanção de advertência, conforme previsto na alínea “a”, item 14.3, da décima quarta cláusula do contrato em epígrafe.

Pois bem, passa agora a Recorrente a elucidar detalhadamente os aspectos destacados no ofício anteriormente descrito.



3. Dos Pleitos Formulados pela Contratante.

O primeiro aspecto destacado por esta Agência é a suposta ausência de oferecimento do benefício de auxílio médico e familiar para os colaboradores locados no núcleo de Minas Gerais durante o período de janeiro de 2011 a agosto de 2015.

Mister, todavia, esclarecer que o dispositivo contratual que se imputa violado apresenta-se da seguinte forma:

c) arcar com todas as obrigações, fiscais, sociais e previdenciárias dos seus empregados e da empresa, como também taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a ANS.

Ora, tem-se, então, uma cláusula geral que obriga a Recorrente a permanecer regular com todos os encargos trabalhistas pertinentes aos colaboradores que prestam o serviço objeto do Contrato.

Ocorre que, **não se verifica qualquer menção ao benefício requerido no Ofício, a saber: o auxílio saúde e familiar para os empregados**, a partir da análise da própria Convenção Coletiva de Trabalho da categoria no Estado de Minas Gerais.

Portanto, uma vez que sequer existe previsão no instrumento coletivo para tanto, não há que se falar em obrigação contratual em fornecer essa espécie de benefício.

Quanto ao suposto não atendimento de funcionário em pronto socorro, em virtude de irregularidade no pagamento do plano de saúde Hapvida, cumpre esclarecer que a problemática foi resolvida assim que o colaborador entrou em contato com a empresa, tendo o mesmo sido atendido após a interferência da empresa.

O que ocorreu, em verdade, foi uma recusa injustificada da operadora de saúde, que negou o atendimento ao colaborador, sem nenhuma razão causada pela empresa Recorrente, frise-se. Sendo assim, logo após a notícia do fato, a situação foi resolvida e o funcionário obteve o atendimento pretendido, inexistindo algum prejuízo.

Não guarda correspondência com a verdade dos fatos a afirmativa de que não haveria a presença física de um preposto permanente nos locais de trabalho, uma vez que a Recorrente disponibiliza um supervisor que gerencia toda a prestação dos serviços.

Destaca-se, que a disposição contratual, contida no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, não exige a presença física constante e ininterrupta de um funcionário da Recorrente, mas sim a designação de um funcionário responsável por manter a comunicação entre a empresa e esta Agência para tratar de assuntos pertinentes ao Contrato.

Tal obrigação, indubitavelmente, vem sendo prestada pela Recorrente de modo satisfatório, não havendo necessidade, para atendimento do Contrato, que, em cada posto de serviço, exista um preposto designado.

Haveria, ainda, suposto descumprimento do item 11.2, "f", da Cláusula Décima Primeira, em função da suposta não substituição das horas deixadas em aberto pelos funcionários do núcleo do Rio Grande do Sul que cumpriram aviso prévio e optaram por reduzir a carga horária diária em 02 (duas) horas.

Com a devida vênia, além de não ter ser verídica a imputação feita, o item que se afirma violado em nada se relaciona com a situação da substituição das horas, isto porque o item 11.2, "f", da Cláusula Décima Primeira do Contrato dispõe que a empresa deverá *"arcar com todos os ônus necessários à completa e correta execução dos serviços"*, **o que vem sendo observado rigorosamente pela Recorrente, não havendo razão para permanência da sanção administrativa aplicada.**



Também não merece prosperar a intenção punitiva desta Agência, no que diz respeito a suposto atraso no pagamento de vale transporte em alguns postos e da segunda parcela do 13º salário dos funcionários, na medida em que os pagamentos foram devida e tempestivamente realizados, conforme documentos acostados anteriormente na Defesa.

Destarte, resta claro e evidente que não foram apresentados pela Contratante elementos suficientes que provem o inadimplemento contratual por parte da Recorrente aptos a ensejarem aplicação de penalidade de advertência, além do que se afirma que o serviço tem sido prestado com excelência e extrema diligência.

4. Conclusão.

Diante do quanto exposto, não se pode falar em imputação de advertência a Recorrente, dada a completa ausência de fundamento fático das alegações, uma vez que a Locrhon atende rigorosamente ao Contrato e aos ditames constitucionais e legais atinentes.

Sendo assim, pugna pela IMPROCEDÊNCIA da pretensão punitiva da Contratante, considerando que os fatos alegados não ocorreram, cabendo, portanto, a rejeição integral da pretensão de aplicação de penalidades e julgando-se improcedente o processo administrativo em tela, ante a sua flagrante nulidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Salvador, 22 de abril de 2016.



LOCRAÇÃO DE RH Consultoria e Serviços Ltda
Carlos Antonio Nascimento Vieira